ANCEP NOTÍCIAS

Comissão do Senado aprova mais transparência em cadastros de conselhos profissionais

07/11/19

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou nesta quarta-feira (6) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/2018, que regulamenta o acesso público a informações cadastrais dos profissionais registrados em conselhos federais e regionais de fiscalização de profissões regulamentadas. A proposta segue agora para a análise do Plenário.

Pelo projeto, os conselhos deverão disponibilizar, gratuitamente, em suas sedes e em seus sítes na internet, meios de acesso a informações cadastrais dos profissionais registrados. Entre os dados, deverão constar nome completo e fotografia de rosto atualizada do profissional, seu número de registro, especialidade, se houver, e local principal de sua atividade, além de outras informações, a critério dos conselhos.

O PLC 61/2018 foi apresentado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), quando deputado. Na justificação da proposta, ele lembra que os conselhos profissionais são autarquias especiais, integrantes da administração pública indireta, responsáveis pelo registro e pela fiscalização do exercício da respectiva profissão. Assim, devem, também, prestar contas de sua atuação, como forma de garantir a transparência de informações relativas aos registros dos profissionais e da sua atividade fiscalizadora.

Na avaliação do relator, senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), o projeto fixa uma importante regra de transparência para os conselhos profissionais, conferindo à população em geral condições para acessar informações relevantes a respeito dos profissionais inscritos.

— A medida torna possível que os usuários dos serviços desses profissionais façam a checagem de informações básicas sobre a sua habilitação — afirmou o relator no parecer.

Eventos vão reunir especialistas para analisar uma conjuntura complexa, diz especialista

O seminário **Soluções para a Gestão de Planos de Previdência Complementar Frente ao Atual Cenário** será apresentado pela ANCEP em duas diferentes cidades em novembro, a primeira no próximo dia 22, no **Rio de Janeiro**, e a segunda quatro dias mais tarde (26/11) em **São Paulo**. Para um dos expositores, Daniel Pereira, da Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial, chama a atenção o expressivo número de especialistas que se conseguiu reunir nesse evento.

Diante de uma "conjuntura complexa e marcada por incertezas, mas também caracterizada pelas muitas oportunidades criadas pela reforma da Previdência, é uma tranquilidade se poder contar com esses respeitados especialistas, uma garantia de que teremos uma análise bem feita do atual quadro".

A seu ver favorece também atrairmos um maior número de inscrições o fato de que "os dirigentes e profissionais de nosso sistema estão mobilizados como nunca para retomarmos o crescimento, inovando para atrair novos públicos".

Será o primeiro grande evento após a aprovação da reforma da Previdência em segundo turno pelo Senado e as inscrições já estão abertas em www.ancep.org.br

Seguem os 4 painéis e os respectivos expositores: **Módulo I – Diagnóstico da Previdência Complementar no Brasil – Pós Reforma do RGPS** (1:30 hs). Palestrante: José Edson Cunha – JCM Consultores, **Módulo II – Cenário Macro Econômico e as Tendências dos Investimentos dos Fundos de Pensão** (1:15 hs). Palestrantes: André Meireles (Sócio da Way Investimentos) e André Laport (Vinland Capital), **Módulo III – Desafios na Gestão dos Planos de Previdência Complementar** (1:45hs) Palestrante: Paulo Gama – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial e **Módulo IV – Otimização da gestão previdenciária e minimização de riscos** – (1:45 hs) Palestrante: Daniel Pereira – Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial.

Previ: INSS libera aposentadorias e estuda encerrar convênio

O INSS liberou mais da metade de 200 aposentadorias de funcionários de alta patente do Banco do Brasil que estavam emperradas por falta de recursos e cogita encerrar o convênio que possui com o fundo de pensão da instituição, a Previ, noticia O Estado de S. Paulo em nota de coluna.

Uma possibilidade é vender a folha de pagamentos em questão aos bancos, prática já comum. Enquanto não desova esse bolo de benefícios, o INSS espera concluir a análise de todos os 200 casos do BB até sexta-feira, dia 08. Para isso, escalou funcionários de outras localidades, como Goiás, para acelerar o processo.

Dentre as aposentadorias já concedidas estaria a do vice-presidente de governo do BB, João Pinto Rabelo Júnior. Ele se aposenta, mas seguirá na cadeira, ao menos por enquanto. Também está na primeira leva o ex-BB Clóvis de Castro Júnior, que deixou o banco há um ano e que coincidentemente hoje ocupa a cadeira de diretor de atendimento do INSS. Ele já teria sua aposentadoria pela Previ e agora pleiteia a oficial.

Senado aprova a PEC paralela e traz de volta estados e municípios

O Plenário do Senado aprovou ontem, por 56 votos a 11, o texto-base da chamada PEC Paralela, que complementa a reforma da Previdência ao dar possibilidade de estados e municípios adotarem regras da União para seus regimes próprios de aposentadoria. Após isso, os senadores passaram a analisar os destaques, instrumento utilizado para votar separadamente parte da proposta, informa toda a mídia, com destaque para a Agência de Notícias do Senado, os portais em geral e as edições de hoje dos jornais.

Porém, com o plenário esvaziado e dúvidas sobre o resultado da votação de um destaque do PT, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), encerrou a sessão desta quarta-feira (6). Os destaques voltam à pauta da Casa na próxima terça-feira (12).

Presidente do Senado, informam todas as mídias, como a Folha de S. Paulo, também anunciou no plenário a convocação de sessão do Congresso Nacional para promulgar, na próxima terça, a PEC da reforma da Previdência.

Já o jornal paulistano Agora (Grupo Folha) chama a atenção para o fato de que a PEC paralela aprovada determina que a idade de aposentadoria das trabalhadoras do setor privado aumente em seis meses a cada dois anos a partir de 2020. Com isso, a idade mínima para pedir o benefício, que hoje é de 60 anos, passaria para 62 anos em 2026. A progressão aprovada pelo Congresso na reforma principal prevê o avanço da idade mínima em seis meses a cada ano. Isso faria a idade mínima de 62 anos entrar em vigor em 2023.